

Bancos devem reduzir

GAZETA MERCANTIL

17 JAN 1986

o "spread"

por Paulo Sotero
de Washington

Numa reunião de quase sete horas com o presidente do Banco Central (BC), Fernão Bracher, ontem, em Nova York, o comitê de bancos credores concordou, em princípio, em prorrogar por pelo menos um ano os US\$ 15 bilhões das linhas interbancárias, que constituem a dívida de curto prazo do Brasil. Os banqueiros mostraram-se dispostos a estudar também uma redução imediata do "spread", a taxa de risco de 2% que o País paga desde o último refinanciamento de seus débitos de longo prazo, em 1983. A resposta dos banqueiros, que será provavelmente anunciada depois de discutida em maiores detalhes numa nova reunião, hoje, atende a duas das três reivindicações que o presidente do BC lhes apresentou e parece abrir caminho para uma solução de compromisso.

Os bancos disseram a Bracher, contudo, que não

têm condições de atender ao pedido brasileiro de uma renegociação abrangente do principal. Contudo, ao aceitarem reduzir a taxa de risco, os credores estarão, na prática, atendendo à reivindicação mais importante do governo sobre os débitos de longo prazo.

Num clima de cordialidade, e que contrastou drasticamente com as difíceis reuniões que mantiveram nos dias anteriores com os presidentes dos maiores bancos americanos, Bracher apresentou aos banqueiros uma versão modificada e um pouco mais ambiciosa da proposta que já lhes havia apresentado em encontro semelhante, em dezembro. Ele pediu uma prorrogação de um ano e meio dos compromissos de curto prazo, o refinanciamento do principal de 1985, de 1986 e pelo menos metade de 1987 e a redução do "spread".

Bracher justificou a inclusão de 1987, que não constava da proposta original, com o calendário político do País. Ele lembrou aos banqueiros que o Brasil elegerá uma Assembleia Constituinte em novembro deste ano e dificilmente haveria condições de submeter ao Congresso a aprovação de novas medidas na área econômica que fossem necessárias a um entendimento mais abrangente com os bancos, logo no início de 1987.

Os credores ponderaram, contudo, que, diante da palidez da declaração feita pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre o programa econômico do governo Sarney — que eles consideraram uma simples declaração e não um endosso — e das dificuldades criadas para vários credores pela decisão do governo brasileiro de não assumir os empréstimos feitos por bancos estrangeiros ao Comind, ao Auxiliar e ao Maisonsave, não consideraram o momento adequado para negociar um reescalonamento generoso e abrangente do principal da dívida.

Cópias da declaração de Jacques de Larosière foram distribuídas aos presentes pelo presidente do comitê, William Rhodes, que na última terça-feira passou pessoalmente no FMI para apanhá-las. Bracher não criticou o texto do diretor do Fundo. Limitou-se a dizer que ele era auto-explanatório, pois diz que a economia brasileira tem problemas que requerem

medidas e que, neste sentido, está certo, pois o governo brasileiro também acha que a economia do País tem problemas que requerem medidas apropriadas, algumas das quais já estão sendo tomadas, principalmente na área da inflação.

Bracher, que, segundo uma fonte financeira, falou constantemente pelo telefone com o ministro da Fazenda Dilson Funaro, acabou concordando com a posição dos credores de que qualquer refinanciamento do principal que se fizer agora teria caráter precário e acabaria sendo incorporado numa renegociação de maior fôlego, em 1987. Ao assegurar uma solução de compromisso que inclui prorrogação de um ano da dívida de curto prazo (que não será fácil de implementar por causa da questão das 63, conforme os banqueiros avisaram a Bracher) e uma redução imediata do "spread", o presidente do BC parece ter alcançado os dois objetivos mais altos que o governo poderia ambicionar, realisticamente, nestas negociações. Como, na prática, o País continuará a pagar apenas os juros e não o principal, como já vem fazendo, o resultado prático das negociações será tirar a dívida do cenário até o ano que vem.